

**PROCESSADO**

**ILMO. SR. PREGOEIRO PARA PROCESSAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.773.354/0001-92, com sede a Rua Dr. Porciúncula, 255 – Venda da Cruz – São Gonçalo – RJ – CEP.: 24.411-005, por seu representante legal, vem tempestivamente conforme dispõe o artigo 18, Decreto 5450/2005, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em face da constatação da irregularidade e a economicidade do certame, conforme fatos e fundamento a seguir aduzidos.

**PREFÁCIO**

Preliminarmente faz-se necessário que as razões aqui formuladas sejam processadas e, se não forem acolhidas sejam motivadamente respondidas, não sem antes, serem apresentadas à apreciação da D. Autoridade Superior, consoante ao que rege o Princípio Constitucional de Petição (CF/88, art. 5º, inc. LV). É o ensinamento do ilustre professor José Afonso da Silva<sup>1</sup>,

*"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de promunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação."*

**TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

O recurso ora apresentado está em consonância com a legislação pertinente à matéria de licitações públicas, inclusive, estando dentro do prazo legal instituído, conforme dispõe o artigo 18, Decreto 5450/2005.

*Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.*

*§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.*

*§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.*

<sup>1</sup> Direito Constitucional Positivo, ed. 1.989, pág. 382

**PROCESSADO**

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Saúde  
Data: 24 / 09 / 2018  
Fls. 02

Desta forma, o presente recurso é em sua totalidade tempestivo, devendo ser o mesmo recebido e devidamente analisado pelo Sr. Pregoeiro.

## SINOPSE FÁTICA

O presente certame foi constituído tendo a finalidade de realizar licitação cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS NOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EXISTENTES NAS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE À REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAQUAREMA/RJ**, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº 7106/2018.

A presente Impugnação faz-se necessária em face de vícios contidos no Instrumento Convocatório acima citado, e para tanto apresentamos razões fundamentadas nos fatos, no direito e nos costumes, objetivando ao final que o d. Pregoeiro publique *ново Edital ausente dos vícios abaixo suscitados*.

## DA EXIGÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE BIOSSEGURANÇA HOSPITALAR EMITIDO POR UMA INSTITUIÇÃO CREDENCIADA AO MEC;

Sucedee que tal exigência e absolutamente ilegal, pois afronta as normas que regem o procedimento licitatório, como a frente será demonstrado.

### DA ILEGALIDADE

De acordo com o parágrafo 1º, inciso I, do inciso 3, da lei nº 8.666/93, é vedado aos agentes públicos.

- I- *Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;*

Ora, na medida em que o indigitado item do Edital está a exigir que a mesma apresente o documento de Certificado de Biossegurança Hospitalar, tendo em vista que as empresa de produtos sujeitos a vigilância sanitária devem obrigatoriamente cumprir com as Boas Práticas de Funcionamento, seguindo os procedimentos e práticas estabelecidos em normas específicas da ANVISA. Entretanto, não é obrigatório que as empresas tenham Certificado de Biossegurança Hospitalar emitido por uma Instituição Credenciada pelo Mec, conforme Lei nº 6.437/1977 RDC nº



33/2003 e RDC nº 50/2002, e a Lei de Biossegurança nº 11.105/2005, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Como se não bastasse, o item objurgado, fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade do item apontado pelo mero cotejo com a letra fria da lei, despiciendo é arrostar cometimentos doutrinários ou o posicionamento de nossos Pretórios.

## DO PEDIDO

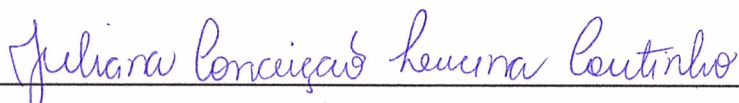
Diante dos fatos e fundamentos ora apresentados, a LABTEC MASTER, tendo confiança no bom senso e sabedoria do D. Pregoeiro, requer a Edição de um Novo Instrumento Editalício, com a exclusão das exigências de Certificado de Biossegurança Hospitalar, emitindo em nome do estabelecimento distribuidor; ( item 9.13 Qualificação Técnica - 9.13.2) pelo fato do atual Edital estar eivado dos vícios já exaustivamente citados, retificando e evitando grave lesão à direito e garantia fundamental, além de conferir ao presente certame licitatório, o acatamento aos basilares princípios constitucionais regentes, e, de promover a tão esperada JUSTIÇA; para só então, dar sequência ao procedimento licitatório;

Requer, outrossim, a Vossa Senhoria o recebimento desta em efeito suspensivo, emitindo novo Edital ausente dos vícios abaixo considerados, ou submetendo a presente Impugnação à Autoridade Superior para apreciação dos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

Nestes Termos,

Aguardamos Deferimento.

Niterói, 24 de setembro de 2018.

  
LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME.

JULIANA CONCEIÇÃO LUCENA COUTINHO

CPF: 096.672.667-70

05.773.354/0001-92

LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES LTDA. ME

RUA DR. PORCIÚNCULA, 255  
VENDA DA CRUZ - CEP 24411-005

SÃO GONÇALO - RJ



Processo Administrativo nº. 14617/2018

Referência: Recurso – LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. ME.

Ref. Proc. 7106/2018 – Pregão Presencial nº 043/2018

### Decisão

Trata-se de RECURSO, impetrado pela empresa LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. ME., conforme fl. 02, 03 e 04.

Procedimento com 03 laudas, sem qualquer documento que possibilite a verificação da representatividade, qualificação, etc., conforme art. 75, inciso VIII do novo Código de Processo Civil.

*Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:*

*VIII – as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores;*

Dito isto passamos a decisão.

Uma vez que **não há qualquer documento da empresa que a habilite para a apresentação do recurso**, por analogia, entendo que o recorrente não preencheu os requisitos mínimos de admissibilidade para o presente recurso.

Desta forma, o recurso é desprovido, devido a total falta de representatividade, devendo o recorrente ter ciência da decisão.

Saquarema, 25 de setembro de 2018.

  
Leonardo André C.J. Simões  
Pregoeiro